

PREMISSAS PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO

AVANÇOS E
POSSIBILIDADES

Cláudia Neves

(Organizadora)

 EDITORA
ARTEMIS

2020

PREMISSAS PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO

AVANÇOS E
POSSIBILIDADES

Cláudia Neves

(Organizadora)

 EDITORA
ARTEMIS

2020

2020 by Editora Artemis
Copyright © Editora Artemis
Copyright do Texto © 2020 Os autores
Copyright da Edição © 2020 Editora Artemis
Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Edição de Arte: Bruna Bejarano
Revisão: Os autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*.
Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial:

Prof.^a Dr.^a Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa
Prof.^a Dr.^a Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima
Prof.^a Dr.^a Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz, University of Miami and Miami Dade College
Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof.^a Dr.^a Livia do Carmo, Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Luciane Spanhol Bordignon, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia
Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará
Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P925 Premissas para o desenvolvimento humano através da educação
[recurso eletrônico] : avanços e possibilidades / Organizadora
Cláudia Neves. – Curitiba, PR: Artemis, 2019.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-87396-01-9

DOI: 10.37572/EdArt_019230520

1. Educação – Filosofia. 2. Desenvolvimento humano. 3. Prática
de ensino. I. Neves, Cláudia.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



APRESENTAÇÃO

Premissas para o Desenvolvimento Humano através da Educação: Avanços e Possibilidades é uma publicação que pretende demonstrar o trabalho de vários autores que, a partir de um conjunto de perspectivas diversas, procuram refletir e problematizar o papel da educação, os seus limites e possibilidades, enquanto parte integrante da sociedade atual. O papel da Educação a partir de uma multiplicidade de olhares conduz-nos a evidenciar a sua importância enquanto fator primordial do Desenvolvimento Humano, entendido enquanto processo coletivo e individual, potenciador da construção de sociedades integradoras e inclusivas. Esta publicação convida, assim, à reflexão sobre os limites e potencialidades da educação no desenvolvimento das sociedades, a partir de uma multiplicidade de perspectivas e níveis de análise em torno de temáticas diversas.

Do ponto de vista da estrutura editorial a publicação encontra-se dividida em catorze capítulos organizados em duas grandes temáticas. Numa primeira temática temos um conjunto de artigos que procura analisar as principais *tensões e ambiguidades da educação contemporânea*. A segunda temática enquadra um conjunto de textos que procuram analisar movimentos que indiciam *A emergência de movimentos de reafirmação da identidade pública e democrática da educação*.

Na temática sobre *tensões e ambiguidades da educação contemporânea*, o primeiro capítulo é da autoria de Victor Rodrigues de Almeida que nos oferece uma proposta de análise da escola como extensão da sociedade na qual se insere. Partindo de um conjunto de discussões em torno do ideário fascista no contexto escolar, este autor argumenta que algumas propostas políticas e jurídicas podem limitar o espaço democrático e reflexivo da escola enquanto lugar de desenvolvimento e diálogo democrático. O segundo capítulo da autoria de Cláudia Neves analisa a evolução das sociedades e o papel da educação nos modelos de desenvolvimento. A partir de uma análise crítica do papel da educação a autora destaca os efeitos diretos e indiretos que hoje em dia têm repercussão na educação questionando os mecanismos de regulação atuais e a tendência para a construção de uma agenda global mundial para a educação. Tendo como principal foco as universidades comunitárias regionais, Cristina Fioreze oferece-nos um texto (capítulo três) onde reflete sobre as perspectivas e os valores que orientam o ensino nestas universidades no âmbito de um contexto global de pressões económicas e competitividade, demonstrando a coexistência de movimentos alinhados com os ideais capitalistas e movimentos contrários que preservam o valor da educação como bem público. O quarto capítulo, da autoria de Adryssa Bringel Dutra, Paulo Henrique Albuquerque do Nascimento, Pablo Severiano Benevides e Valdir Barbosa Lima Neto, analisa as configurações da Teoria do Capital Humano e a sua reconfiguração para o Neoliberalismo na

educação. Com base num conjunto de reflexões este autor aponta críticas ao discurso empresarial que se contaminado a educação e estabelece um conjunto de relações entre a Teoria do Capital Humano, o Neoliberalismo e a Educação. Esta primeira parte termina com o artigo de Rodrigo Marcos de Jesus que a partir dos contributos da Filosofia da Educação no pensamento de Anísio Teixeira identifica os principais dualismos entre a educação e a sociedade e os seus impactos na realidade brasileira.

Na segunda temática reuniram-se um conjunto de artigos que exploram a *emergência de movimentos de reafirmação da identidade pública e democrática da educação*. Nesta segunda parte, o primeiro capítulo é da autoria de Eduardo Santos e Manuel Tavares, que analisa as características de duas universidades federais brasileiras entendidas como propostas transgressoras relativamente aos modelos universitários tradicionais. A sua análise aponta para a emergência de movimentos de reconfiguração do ensino superior brasileiro que perspectivam a educação popular como uma educação inclusiva nas suas matrizes institucionais e curriculares. O segundo capítulo, escrito por Djane Oliveira de Brito, analisa a relevância social do projeto LOGOS e a Universidade Aberta do Brasil e os impactos que tiveram na realidade educacional brasileira. A autora conclui que estes projetos tiveram uma enorme importância para a formação de professores brasileiros, em particular, aqueles cujas condições a partida não permitiam aceder facilmente a processos de profissionalização. O texto de Tamires Guedes dos Santos configura o quarto capítulo e apresenta-nos uma análise do ensino da Língua Portuguesa a partir da Filosofia da Diferença, questionando a gramática como forma padrão de ensino da língua portuguesa. Neste seu texto propõe explorar outras possibilidades a partir da reflexão sobre as suas práticas e as práticas de colegas docentes nesta área. O quinto capítulo diz respeito ao antagonismo pedagógico no ensino da música com base numa análise desde o século XVIII. É da autoria de Ricardo Henrique Serrão que, a partir de uma perspectiva histórica, aponta algumas críticas ao modelo tradicional de ensino da música. O quinto capítulo foi escrito por Roseni de Lima Ferreira onde explora uma proposta de prática pedagógica baseada em experiências e vivências das crianças, tendo em vista a educação autónoma, para a cidadania a partir do brincar. Explorando as interseções entre o real e o imaginário esta proposta explora o sentimento de partilha e desenvolvimento integral da criança. Simone Mara Dulz e Maria Selma Grosch são autoras do sexto capítulo sobre formação continuada de professores na educação profissional. A partir os movimentos de migração de profissionais liberais para a educação profissionalizante a autora problematiza a necessidade de formação continuada destes profissionais no sentido de os dotar de

uma consciência crítica e de uma compreensão da realidade educativa. O artigo de Luciane Spanhol Bordignon e Eliara Zavieruka Levinski nos mostra um estudo sobre as aulas públicas como prática acadêmica e as suas contribuições na interlocução com a escola pública. A partir de uma reflexão teórico-contextual a autora identifica vários argumentos sobre esta dinâmica assumindo as aulas públicas como parte de um compromisso social das universidades comunitárias. Terminamos esta publicação com dois textos da autoria de Patrícia Duarte de Brito que nos propõem, primeiramente, um olhar sobre as potencialidades das Tecnologias da Informação e Comunicação em espaços não escolares e, por último, uma exploração de estratégias pedagógicas para estimular a leitura das crianças em ambientes escolares.

SUMÁRIO

TENSÕES E AMBIGUIDADES DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

CAPÍTULO 1 1

A ASCENSÃO DO IDEÁRIO FACISTA NO AMBIENTE ESCOLAR: AS DISCUSSÕES POLÍTICAS EM SALA DE AULA (2014 – 2018)

[Victor Rodrigues de Almeida](#)

DOI 10.37572/EdArt_0192305201

CAPÍTULO 2 11

EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO HUMANO E NOVAS FORMAS DE REGULAÇÃO DOS ESTADOS: EFEITOS DIRETOS E INDIRETOS NA ESFERA EDUCACIONAL

[Cláudia Susana Coelho Neves](#)

DOI 10.37572/EdArt_0192305202

CAPÍTULO 3 24

OS TENSIONAMENTOS NO ENSINO SOB O REGIME DO CAPITALISMO ACADÊMICO NA NOVA ECONOMIA: O CASO DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS REGIONAIS

[Cristina Fioreze](#)

DOI 10.37572/EdArt_0192305203

CAPÍTULO 4 42

EDUCAÇÃO, RACIONALIDADE NEOLIBERAL E TEORIA DO CAPITAL HUMANO

[Adryssa Bringel Dutra](#)

[Paulo Henrique Albuquerque do Nascimento](#)

[Pablo Severiano Benevides](#)

[Valdir Barbosa Lima Neto](#)

DOI 10.37572/EdArt_0192305204

CAPÍTULO 5 54

O PENSAMENTO DE ANÍSIO TEIXEIRA

[Rodrigo Marcos de Jesus](#)

DOI 10.37572/EdArt_0192305205

A EMERGÊNCIA DE MOVIMENTOS DE REAFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE PÚBLICA E DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

CAPÍTULO 6 80

DESAFIOS HISTÓRICOS DA INCLUSÃO: CARACTERÍSTICAS INSTITUCIONAIS DE DUAS NOVAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

[Eduardo Santos](#)

[Manuel Tavares](#)

DOI 10.37572/EdArt_0192305206

CAPÍTULO 7	102
O PROJETO LOGOS E A UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB) – DIRETRIZES EDUCACIONAIS SOBRE A FORMAÇÃO/HABILITAÇÃO DE PROFESSORES	
Djane Oliveira de Brito	
DOI 10.37572/EdArt_0192305207	
CAPÍTULO 8	113
PARA ALÉM DA GRAMÁTICA: PENSANDO O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA A PARTIR DA FILOSOFIA DA DIFERENÇA	
Tamires Guedes dos Santos	
DOI 10.37572/EdArt_0192305208	
CAPÍTULO 9	123
ANTAGONISMO PEDAGÓGICO ENTRE PRÁXIS MUSICAIS DOS SÉCULOS XVIII E XIX: DA MÚSICA POÉTICA À ÉCOLE DE MÉCANISME	
Ricardo Henrique Serrão	
DOI 10.37572/EdArt_0192305209	
CAPÍTULO 10	140
O REAL E O IMAGINÁRIO NO MUNDO DE FANTASIAS, MECANISMOS PARA APRENDER BRINCANDO	
Roseni de Lima Ferreira	
DOI 10.37572/EdArt_01923052010	
CAPÍTULO 11	145
FORMAÇÃO CONTINUADA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DESAFIOS PARA A DOCÊNCIA NO CONTEXTO ATUAL	
Simone Mara Dulz	
Maria Selma Grosch	
DOI 10.37572/EdArt_01923052011	
CAPÍTULO 12	154
AULA PÚBLICA: COMPROMISSO E INTERLOCUÇÃO COM A ESCOLA PÚBLICA	
Luciane Spanhol Bordignon	
Eliara Zavieruka Levinski	
DOI 10.37572/EdArt_01923052012	
CAPÍTULO 13	161
A EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES PARA A AFIRMAÇÃO, VALORIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS BENS ARTÍSTICO-CULTURAIS	
Patrícia Duarte de Britto	
DOI 10.37572/EdArt_01923052013	
CAPÍTULO 14	175
ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS DE MOTIVAÇÃO À LEITURA PARA A FORMAÇÃO DE LEITORES COMPETENTES	
Patrícia Duarte de Britto	
DOI 10.37572/EdArt_01923052014	
SOBRE A ORGANIZADORA	192
ÍNDICE REMISSIVO	193

A ASCENSÃO DO IDEÁRIO FACISTA NO AMBIENTE ESCOLAR: AS DISCUSSÕES POLÍTICAS EM SALA DE AULA (2014 – 2018)

Data de aceite: 05/05/2020

Victor Rodrigues de Almeida

UFPI – Mestrando em História.

<http://lattes.cnpq.br/9399286918263674>

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo refletir acerca das repercussões da conjuntura política nacional através do *Projeto de Lei n.º 867, de 2015*, mais conhecida como “*Escola sem Partido*” e sua representação na educação em Direitos Humanos. Nesse sentido, procurando apresentar as principais discussões ligadas ao fascismo no contexto escolar, mostrando como as propostas jurídicas podem limitar a reflexão crítica em relação à sociedade no cotidiano escolar e em sala de aula. A escola, enquanto instituição, quando restringe a liberdade dialogal do professor, favorece para o surgimento de práticas sociais extremistas na sociedade. Sendo assim, almejamos contribuir com uma prática reflexiva enquanto valor no contexto escolar, tornando possível a escola um ambiente institucional propício para o florescimento da democracia e da liberdade de expressão com o conhecimento pleno em direitos humanos. O presente trabalho visou colaborar com um conjunto de reflexões

para o estabelecimento de uma sociedade dialogal e inclusiva. Reconhecendo esta como convergência de ideias políticas, culturais, econômicas. A escola é uma extensão da sociedade na qual se insere. Sendo assim, ela espelha os embates sociais, os recebe e os dá sentidos.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos. Escola sem Partido. Autoritarismo. Política.

THE RISE OF THE FASCIST IDEARY IN THE SCHOOL ENVIRONMENT: THE POLITICAL DISCUSSIONS IN THE CLASSROOM (2014 - 2018)

ABSTRACT: This work aims to reflect on the repercussions of the national political situation through Bill No. 867, 2015, better known as “School without a Party” and its representation in human rights education. In this sense, seeking to present the main discussions related to fascism in the school context, showing how the legal proposals can limit critical reflection in relation to society in school and in the classroom. The school, as an institution, when it restricts the teacher’s freedom of dialogue, favors the emergence of extremist social practices in society. Therefore, we aim to contribute to a reflective practice as a value in the school

context, making possible for the school an institutional environment conducive to the flourishing of democracy and freedom of expression with full knowledge of human rights. The present work aimed to collaborate with a set of reflections for the establishment of a dialogical and inclusive society. Recognizing this as a convergence of political, cultural, economic ideas. The school is an extension of the society in which it is inserted. Thus, it mirrors social clashes, receives them and gives them meaning.

KEYWORDS: Human rights. School without Party. Authoritarianism. Politics.

1. INTRODUÇÃO

A necessidade de se conjecturar este trabalho é resultado da atmosfera de radicalização política no campo da educação em que o país se encontra na aurora do século XXI, uma vez que grupos e setores dominantes brasileiros até então camuflados discursivamente na estrutura social, passaram à revelar explicitamente seus projetos de sociedade através da jurisdição educacional.

A pesquisa que possibilitou a existência desse trabalho é de natureza bibliográfica, ou seja, cuja a metodologia se liga uma revisão de autores que se debruçam na temática da educação como controle social e a sua apropriação pelos governos autoritários. Sendo assim, procuramos analisar as principais ideias das classes dominantes brasileiras no âmbito educacional, assim como os seus instrumentos de dominação.

O cenário político de uma nação não está dissociado das instituições que produzem e difundem a cultura em uma dada sociedade. Dessa forma, a escola, a universidade e as instituições públicas e privadas de ensino, em geral, tornam-se campos de combates de cosmovisões políticas. Tais combates discursivos não se configuram em prejuízos morais ou educacionais, mas constituem o próprio cerne da construção da conscientização política na sociedade.

No Brasil, o poder econômico, desde do início do século XX, na perspectiva da República Velha, se ergueu no triple: político, empresarial e agroindustrial. Tais setores da sociedade tendem à buscar legitimar e assegurar também sua hegemonia no âmbito dos estabelecimentos de ensino, sobretudo, porque temem eventuais questionamentos da ordem vigente. A elite brasileira, em seu projeto de dominação, se alicerça em alguns pilares:

O empresariado brasileiro teve a aliança dos latifundiários, a colaboração das multinacionais, a ajuda do governo norte-americano e contou com a ajuda da intervenção executiva das Forças Armadas. Estas, por sua coesão institucional essencialmente conservadora e antidemocrática, não apenas se incumbiram da execução do golpe em 64, como assumiram o poder do Estado, militarizaram suas instituições e imprimiram um estilo militarizado à tomada de decisões na esfera da política estatal. (GORENDER, 1981, p. 30).

Historicamente, o Estado brasileiro tem uma tradição essencialmente autoritária, onde as camadas populares veem suas dignidades democráticas existirem apenas no âmbito ideológico das leis, uma vez que a máquina estatal é uma empresa à gerir interesses econômicos da iniciativa privada. Os setores empresariais no Brasil tendem a estabelecer alianças político-econômicas com o Estado, tirando deste vantagens lucrativas e jurídicas.

O *Projeto de Lei n.º 867, de 2015*¹, no bojo de seus artigos e incisos mostram-nos uma profunda preocupação das camadas dirigentes da sociedade brasileira com a possibilidades da escola oferecer conhecimentos significativos, críticos, reflexivos e “subversivos” aos jovens. Nesse sentido, evidenciamos que na contemporaneidade as classes dominantes brasileiras buscam responsabilizar e culpabilizar o professor na sua atividade reflexiva.

2. A EDUCAÇÃO COMO PROJETOS DE INTERESSES ELITISTA

A escola moderna surge entre os séculos XVIII –XIX, e inicialmente não tem compromisso social com a defesa de uma proposta de dignidade humana, mas como coerção social, como fator de controle das massas, como porta-voz de normas sociais cristalizadas. O crescente processo de industrialização da Europa trouxe realidades sociais novas para conceito de família e, refletiu na nova forma como os pais educam os filhos. O regime de trabalho nas fábricas dos grandes centros europeus, que chegavam a dezesseis horas por dia, colocavam novas inquietações aos pais em relação com quem deixar os filhos. (ARANHA, 1989, p. 144).

Seguindo o bojo desse raciocínio, a escola de massa surge como resposta as novas modalidades de trabalho que estavam em curso no mundo ocidental. A escola deveria “evitar” que os filhos dos pobres operários se entreguem à vadiagem, à preguiça, à atos ilícitos, à prostituição etc. Uma mentalidade que prima por atividades consideradas práticas e produtivas estava germinando.

Todos pertencemos à comunidade humana, não há humanos além de outros humanos. No entanto, diante desse novo paradigma de se pensar o homem e sua ação no mundo, os estabelecimentos de ensino não caminharam de mãos dadas com essas propostas. Historicamente, a escola e a universidade emergem como promotoras da manutenção da ordem sociocultural vigente, são instituições que muitas vezes não se propõem à somente questionar a construção da realidade, mas justificar o *status quo* da mesma. (MORIN, 2005, p. 19).

A escola é um microcosmos da sociedade, sendo assim, acaba por reproduzir exclusões, preconceitos, critérios avaliativos, normas e interesses do mercado.

1. Trata-se da lei que versa e propõe a “escola sem partido”, vulgarmente denominada assim. No entanto, o projeto é arquivado na Câmara Nacional em 11/12 2018.

A escola não é fechada à cultura. Porém, diante de tantos desafios da escola contemporânea, qual a missão da escola? Ora, a escola precisa preparar os alunos para aprender a viver, a deixar viver, a respeitar viveres distintos e a promover o diálogo.

A partir desse breve esboço histórico-reflexivo buscamos demonstrar como os estabelecimentos oficiais de ensino não tendem à majoritariamente questionar as relações sociais, trabalhistas, econômicas, políticas e hierárquicas de uma dada sociedade, mas, ao contrário, e sim, justificá-los. Dessa forma, os princípios mestres da lei “Escola sem Partido” contradizem-se ao defenderem que os ambientes de ensino promovem propagandas partidárias e “doutrinações”.

O Estado e a escola tem relações ideológicas recíprocas, onde o papel da escola seria justamente de encaixar o indivíduo nas engrenagens da máquina social. Deste modo, defender uma escola aquém das discussões políticas é aprofundar uma alienação já presente no papel dos estabelecimentos de ensino, ou seja, conservar a ordem jurídica e ideológica da sociedade (ALTHUSSER, 1980, p. 40).

No que diz respeito ao universo da educação contemporânea e os seus eventuais problemas e dilemas, *Pierre Bourdieu* e *Jean-Claude Passeron* escreveram o livro *A Reprodução*, onde encaram os sistemas educacionais como produtores das engrenagens sociais (BOURDIEU and PASSERON, 1975, p. 44). O aluno é uma peça à encaixar-se em uma função admitida socialmente, sendo vinculado ao trabalho fabril, técnico, maquinal. Além disso, a escola contribui direta/indireta para assegurar a ideia de hierarquia de poder, onde o aluno “dever” aprender a respeitar a autoridade acima de quaisquer coisa.

O Brasil é, um país essencialmente elitista, uma vez que encara a maior parte da população como problema e as utilizam como manobras de interesses econômicos. Uma educação que liberte é, uma educação a ser combatida através de leis, perseguições, exclusões, restrições (SOUZA, 2017, p. 23).

3. A “ESCOLA SEM PARTIDO” E SEUS ENTRAVES NA EDUCAÇÃO

Desde a redemocratização do país em 1985, com a eleição de Tancredo Neves para presidente da República, que não observamos uma polarização política da população como se configura na contemporaneidade. No poder de 2002 à 2016, o PT (Partido dos Trabalhadores) sai do executivo nacional mediante Golpe Parlamentar que se realiza através de “impeachment”.

No entanto, a crise política que desencadeou o “processo de impeachment”, o conseqüente Golpe Parlamentar e o crescimento da extrema-direita no país, se iniciou em 2014, quando Aécio Neves pediu a recontagem de votos de sua disputa presidencial com Dilma Rousseff, demonstrando um sentimento explícito de repulsa

aos resultados das urnas. Essa tendência de questionar resultados presidenciais, não é nova. Basta revisitar alguns esboços de nossa História Política.

Um ano depois, em 2015, eis que surge o Projeto de *Lei nº 867, de 2015*, legislada pelo o deputado do PSDB *Izalci Lucas Ferreira*. Podemos afirmar sem o temor de cair em reducionismos conceituais, que, o Projeto de lei *N.º 867, de 2015*, Vulgo, “Escola sem Partido” é uma forma de manifestação fascista na sociedade brasileira e, elaborado e pensado como dispositivo jurídico a ser aplicado nas escolas, universidades e instituições do saber.

A “Escola sem Partido” criada para se combater “doutrinações ideológicas” nas instituições de ensino, é, ela mesma, a promotora da doutrinação. Um Estado autoritário e fascista utiliza-se das leis para dá legitimidade às suas práticas de interdições nas escolas. À esse respeito Marilena Chauí discorre:

O grande instrumento do Estado é o Direito, isto é, o estabelecimento das leis que regulam as relações sociais em proveito dos dominantes. Através do Direito o Estado aparece como legal, ou seja, como “Estado de Direito”. O papel do Direito ou das leis é o de fazer com que a dominação não seja tida como violência, mas como legal, e por ser legal e não violenta deve ser aceita. A lei é o Direito para o dominante e Dever para o dominado (CHAUÍ, 2006, p. 90).

Nessa perspectiva o *Projeto de lei N.º 867, de 2015*, é profundamente alicerçada em um projeto de dominação social velado, sem ruídos, sutil, legalizado em leis etc. Sabemos que no contexto escolar já existe uma abundância de leis que regulam o sistema educacional brasileiro, assim como os regimentos internos de cada unidade escolar. A criação de mais leis priva e inibe a ação reflexiva do professor. Este, é perseguido por ensinar o que é inconveniente para as classes dominantes e políticas brasileiras, acaba se tornando refém em sua liberdade de expressão de um governo pseudo-democrático.

No “Art. 4º. No exercício de suas funções, o professor”, inciso III, o projeto de lei aponta: “*não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas*”²: Tal inciso traz à tona o paradigma da neutralidade política em sala de aula e da imobilidade reflexiva em relação aos problemas sociais, ou seja, o professor está vedado de discutir questões em ebulição envolvendo corrupções políticas e seus apoiadores, assim como também não poderá incentivar os jovens a movimentar-se em direção à protestos em defesa dos direitos constitucionais. O professor caberia apresentar uma postura essencialmente “neutra” em suas aulas, um diálogo genérico e panorâmico dos assuntos, uma vez que o diálogo sem ação reflexiva, liquida-se por si mesmo.

Tal proposto de lei cria uma atmosfera de insegurança social no funcionalismo público e privado de educação, ou seja, as pessoas tendem a ficar temerosas e inseguras diante da constante vigilância por parte das ouvidorias responsáveis

². PROJETO de LEI N.º 867, de 2015 (Do Sr. Izalci). p. 3

por colocar a lei “em prática”. A vigilância, repressão e punição de professores, intelectuais, artistas e escritores é, uma das características dos regimes totalitários.

O próprio projeto de lei no seu “Art. 7º afirma que: “*As secretarias de educação contarão com um canal de comunicação destinado ao recebimento de reclamações relacionadas ao descumprimento desta Lei, assegurado o anonimato*”.³ Este artigo nos aponta para uma prática essencialmente desumana, ou seja, nos estimulam a criar um ambiente de denúncia mútuas. A produção do conhecimento reflexivo não se liga a um ambiente de hostilidades, restrições no discurso, barreiras críticas e perseguições por tratar de múltiplos assuntos. A sala de aula é um *locus* multidimensional e interdisciplinar, cabe ao professor discutir política associando-a aos conhecimentos das disciplinas das Ciências Humanas ou demais áreas.

O poder do controle é o poder da vigilância e da denúncia, essas formas de poder trazem consequências psicológicas aos alvos de tais aparelhos de poder, pois “*ocorre que uma cultura da denúncia é uma cultura onde quase todas as profissões tornaram-se delirantes*” (DUNKER, 2017, p. 13). A cultura da denúncia nos faz “delirar” sob o iminente temor de ser o próximo alvo das garras de um poder autoritário, uma vez que qualquer conflito entre os sujeitos de uma realidade social podem gerar acusações e perseguições forjadas, inventadas sob o pretexto do poder.

Existem elementos que caracterizam como fascismo o *Projeto de Lei nº 867, de 2015*, ou, em outras palavras, existiu e existe fascismo à brasileira, com um semblante latino-americano? Ora, sim. É o que o ativista social ítalo-brasileiro José Luiz Del Roio definiu de “*Fascismo Caboclo*”. Esta peculiaridade de fascismo “à latino-americana” apresenta estes pontos:

No Plano econômico o Estado pertence às engrenagens de integração e dependência com o capitalismo financeiro internacional. No plano político-social isto se dá com a estruturação de um regime elitista, sufocante, estreito, atrasado, onde todo o poder pertence a restritos círculos, com a marginalização do povo. Enquanto isso circulava teorias sobre a indolência do camponês, a inferioridade do negro, da impossibilidade de qualquer tipo de desenvolvimento porque vivíamos nos trópicos e éramos uma raça fraca, resultado de misturas (DEL ROIO, 1987, p. 57).

O Brasil, assim como a América Latina, apresentaram modalidades de autoritarismos específicos (Em relação ao Velho Mundo), isto é, um autoritarismo dirigido não contra um outro de fora (Estrangeiro ou nação específica) mas contra a sua própria população nacional. O Brasil tende a ser um país tributário de ideias estrangeiras, readaptando-as em suas instituições e leis. Na Alemanha nazista, a perseguição à intelectuais, artistas e professores, foram eventos comuns. Assim como a destruição de livros e arquivos considerados subversivos para o regime nazista. A “*Escola sem Partido*” não seria um embrião de uma postura eminentemente

3. PROJETO de LEI Nº 867, de 2015 (Do Sr. Izalci). p 3.

nazifascista? A incitação de denúncias contra professores é, no fundo, uma estratégia de coibir o processo de esclarecimento que uma aula autêntica e reflexiva pode oferecer (TREVISAN, 1989, p. 34).

A efetivação do *Projeto lei nº 867, de 2015*, traria consequências nefastas à todos os profissionais da comunidade escolar e instituições do saber, em geral. As consequências se configurariam em um clima de “paranoia social” ligada ao temor e desconfiança de colegas de trabalho. A vulgo, “Escola sem partido”, prepara os indivíduos para serem ao mesmo tempo carrascos e vítimas mutuamente. Ninguém está plenamente salvo das garras do poder. Mesmo aqueles ocupam cargos de poder hierárquico podem, de uma hora para outra, cair fatalmente em desgraça e se tornarem às vítimas de seus projetos de punir.

4. POR UMA CRÍTICA À “ESCOLA SEM PARTIDO” E SEU FATOR DE DOMINAÇÃO IDEOLÓGICA: POR UMA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

O senso comum burguês tende a encarar a existência dos direitos humanos como aquilo que permite a manutenção da criminalidade de um país. Esquece que é justamente desviar muitos jovens do caminho da marginalização que buscam as militâncias pelos direitos humanos.

Não há dúvidas, a escola deve ser um lugar de expressão das necessidades defendidas pelos os direitos humanos. É na escola que se deve debater as questões centrais da sociedade. A escola, muitas vezes está presa em conteúdos clássicos, acaba por esquecer o território dos problemas que a pessoa humana enfrenta para se afirmar em meio a uma sociedade que asfixia o ambiente de liberdade e oportunidades (MORIN, 2006, p. 21).

Os direitos humanos enfrentam diariamente o desafio da prática da concretização de seus ideais, uma vez que a sociedade é marcada pelo desejo de criminalização da pobreza, de etnias, dos grupos sociais e minorias. É sempre cômodo criminalizar grupos sociais nos quais desconhecimentos, criando estereótipos e colocando a responsabilidade do caos social em seus ombros. Devemos ter em mente que a sociedade capitalista é incompatível com a realização plena das proposta dos direitos humanos, pois colocar este em relevância é uma forma de remar contra a maré que busca reduzir a vida humana a uma simples função de produção mercadológica.

A proposta da “Escola sem Partido” é perversa e excludente, uma vez que explica acontecimentos políticos, jurídicos, históricos, científicos, filosóficos sem uma postura crítica diante de seus líderes, governantes ou idealizadores. Perversa porque defende uma “neutralidade” que dissolve qualquer criticidade. Excludente porque almeja ensinar apenas aquilo que é conveniente a alunos que posteriormente

serão reduzidos a meros instrumentos no mercado de trabalho. A classe dominante brasileira enfrenta o seguinte dilema ao oferecer através do Estado educação gratuita:

No início do século XX, a burguesia brasileira tinha plena consciência de que não era possível estancar o processo de crescimento da rede escolar. Se, por lado, os trabalhadores reivindicavam escolas, por lado, o próprio desenvolvimento urbano industrial exigia um mínimo de escolarização às classes populares. O impasse era justamente este: como ceder aos trabalhadores mais educação, mantendo a escola como bandeira da tão prologada democratização de oportunidades, mas, ao mesmo tempo, negar aos trabalhadores acesso pleno à cultura? (GHIRALDELLI JR, 2006, p. 28).

Paulo Ghiraldeli Jr, aponta para um problema da ideologia burguesa na sua manutenção do *status quo* em vigor, como oferecer educação de qualidade e ao mesmo tempo privando muitos desta? Até que ponto o mercado interveria e influenciaria nos currículos escolares? Ora, não existe separação entre os meios de produção e o legado cultural de um povo. Nesse sentido, nos últimos anos, as propostas de legislação educacional no Brasil vem se ligando aos interesses da política econômica neoliberal. Sendo assim, para os setores dominantes não é desejável uma formação plenamente humana, mas sim, uma instrução técnico-científica.

A “Escola sem Partido” é uma proposta jurídico-normativa que limita o âmbito de pensamento e ação dos sujeitos envolvidos na trama do contexto educacional e universitário do Brasil. Visto que seu maior intuito é estreitar a conscientização a respeito dos problemas políticos, econômicos e éticos que o país enfrenta. Uma escola que não ensina profundamente as questões que se entrelaçam na contemporaneidade como política, economia, violência, desigualdades, preconceitos e direitos humanos é, uma escola que compactua com uma visão reducionista de mundo. A agenda neoliberal apregoa uma educação ligada a formação essencialmente técnica, sendo as exigências de um mercado cada vez em expansão colocada como primordial em detrimento de uma educação humanística-reflexiva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos identificar nesse artigo os mecanismos e estratégias de dominação elitista que se ocultam nos artigos e incisos do *Projeto de lei Nº 867, DE 2015*. A escola e todas as instâncias incumbidas de produzir e difundir o conhecimento, não podem ser vítimas de experimentarem a realidade da censura do conhecimento e a perseguição de seus produtores. O professor é um produtor de sentidos a respeito do mundo, isso causa incomodo nas camadas dirigentes, temem que suas eventuais recandidaturas não ocorram e sejam destinados a exclusão da vida pública. Professores e alunos precisam dá-se as mãos numa recíproca conexão de

ideais por um mundo melhor, que lutem e resistam contra quaisquer forma de poder opressor. A liberdade também é colocada em xeque pela realidade fictícia que propõe o projeto “Escola sem Partido”, pois ao forjar uma narrativa de mundo alicerçada em uma falsa realidade, impedem a ação reflexiva e impõem o comportamento sociais emitidos pelo o poder. Os indivíduos deixam de agir livremente e passam a comportarem-se de acordo com a normatividade jurídica. Não há mais espaço para a pluralidade de ideias e formas de vida porque se institui um único jeito de ser admitido, não há mais espaço para a liberdade no sentido pleno do termo.

Diante da crise social, ética, política e econômica que experimentamos no Brasil e no mundo, constamos como a realidade social é complexa, que para entendê-la é necessário compreender toda a conjuntura histórica ocidental. Aprender a ser ético no contexto escolar e além deste, é questão de uma atitude planetária, de compromisso consigo e com a sociedade em geral. É mister, ser ético na ausência de espectadores, das câmeras, é o que devemos buscar dentro do contexto planetário do século XXI. A escola é uma extensão da realidade social, nacional e global, não podemos separá-la dos valores que permeiam o mundo contemporâneo. Nesse sentido, cabe à todos na comunidade escolar estabelecer diálogos e reflexões a respeito desse mundo que está aí diante de nós em constante mudança.

O intuito dessa pesquisa é aflorar o debate a respeito da atmosfera de ameaças de autoritarismo e punições que vêm enfrentando os profissionais da educação. A escola precisa rejuvenescer no campo ideológico, precisamos de professores, funcionários e colaboradores, enfim, de uma equipe suscetível a compreender o universo da diversidade das sociedades humanas. O que esperar de um país que codifica leis contra professores, os perseguem, os caluniam, os desvalorizam? Esperamos o inesperado, a incerteza, visto que um governo como máquina empresarial e militarizado, enxerga na educação a possibilidade de produzir um excedente de trabalhadores rusticamente instruídos, uma vez que não há necessidade de uma formação profunda e reflexiva, pois o mercado deseja produtividade e não os resultados do trabalho do espírito. A educação é a busca árdua de completude, somos marcados pelas lacunas, não nascemos com habilidades e conhecimentos. Cada época propõe o seu sim e não em relação ao homem, ou seja, as questões em relação ao que é importante aprender são fabricações.

Chegamos ao “ápice” da organização humana, da vida administrada, da vida “racional”, enfim, a sociedade nos impelem a um processo contínuo de alfabetização. É preciso “aprender” o que os “novos tempos” nos dizem. É preciso assimilar o que nos dizem os “monges da modernidade”, empresários e cientistas. A modernidade, como conceito histórico-filosófico, traz entre o itinerário de seu programa, a ideia de que o trabalho técnico constitui um valor “em si”. Pois, quem não saber manusear

as tecnologias, logo estará “excluído” da sociedade da administração, da sociedade da neutralidade enferma, dos rostos pálidos dos burocratas, da frieza dos negócios, dos corpos esculturais. Desconfiar dessa sociedade que se orgulha de seu sentido histórico talvez seja a atitude mais sensata empreendida por nós. A crítica as leis que limitam a liberdade de ensino em prol do sistema de dominação vigente é um campo aberto de pesquisas e propostas de humanidade.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980
- ARANHA, Maria Lúcia Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.p 144.
- BOURDIEU, Pierre. PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2006.
- DEL ROIO, José Luiz. **O fascismo**. São Paulo: Global, 1987 (Cadernos de Educação Política).
- DUNKER, Cristian. **Reinvenção da Intimidade: Políticas do Sofrimento Cotidiano**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.
- GHIRALDELLI JR. Paulo. **O que é Pedagogia** São Paulo: Brasiliense, 2006. GORENDER, Jacob. **A Burguesia brasileira**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1981. MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005 PROJETO DE LEI Nº 867, DE 2015 (Relator deputado Izalci Lucas/ PSDB).
- TREVISAN, Leonardo. **O Pensamento Militar Brasileiro**. São Paulo: Global, 1989 (Cadernos de Educação Política).

SOBRE A ORGANIZADORA

CLÁUDIA NEVES é professora auxiliar no Departamento de Educação e Ensino a Distância da Universidade Aberta e investigadora integrada no Laboratório de Educação a Distância e eLearning. É coordenadora do Mestrado em Administração e gestão educacional e tem supervisionado várias teses de doutoramento e dissertações de mestrado sobre temas relacionados com a Liderança Educacional e a Administração e Gestão Educacional. Tem participado em vários projetos de investigação nacionais e internacionais tendo já coordenado um projeto com financiamento europeu sobre competências de aprendizagem ao longo da vida para pequenas e médias empresas. Atualmente a sua investigação prende-se com a exploração das perspetivas teóricas da complexidade nos contextos de administração e gestão educacional e com a promoção de comunidades profissionais virtuais de aprendizagem em contextos educativos. Tem publicado vários artigos sobre os processos de política educativa e os instrumentos e mecanismos de regulação da educação atual, bem como a emergência de novas conceções sobre Liderança Educacional Digital. É membro do Observatório de integração dos diplomados da Universidade Aberta e vogal da Direção do Fórum Português de Administração Educacional.

ÍNDICE REMISSIVO

C

Capitalismo Acadêmico 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 34, 35, 38, 39, 40

D

Desenvolvimento 11, 16, 17, 22, 23, 91, 160

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 125, 131, 132, 140, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 175, 177, 184, 188, 189, 191, 192

Educação Básica 15, 105, 109, 110, 154, 175, 177, 184

Educação para a democracia 70, 71

Educação Popular 67, 70, 74, 81, 83, 90, 91, 100

Educação tecnológica 145, 146, 149, 152

Ensino e aprendizagem 104, 157

Ensino Superior 25, 40, 41, 67, 68, 69, 80, 82, 87, 88, 96, 100, 108, 109, 110, 111, 112, 152, 154, 155, 160

Ensino universitário 93, 158

Escola do mecanismo 123, 133, 135, 137, 138

Escola Pública 56, 74, 75, 78, 91, 154, 159

F

Filosofia da Diferença 113

Filosofia da educação 54, 55, 56, 58, 59, 63, 71, 77, 79

G

Globalização 11, 12, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 30, 40, 82, 83, 87, 89

I

Inclusão 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 91, 93, 97, 98, 99, 124, 169, 171

Integração Regional 81, 82, 83, 91, 93

M

Modelo público 26, 155

N

Neoliberalismo 18, 22, 42, 43, 46, 47, 48, 53

Nova economia 24, 25, 26, 27, 28, 33, 40

O

Organizações Internacionais 11, 14, 16, 18, 19, 21, 22, 23

P

Pedagogia 10, 53, 77, 100, 123, 124, 132, 138, 143, 144, 160, 173, 191

Pedagogia musical 123, 124, 132

Políticas educativas 18, 20, 21, 23

Práticas pedagógicas 86, 95, 96, 130, 140, 167, 182

R

Racionalidade liberal 45

Regulação da educação 12, 18, 21, 192

T

Teoria do Capital Humano 42, 43



**EDITORIA
ARTEMIS
2020**